

Exmo. Sr.
Chefe do Gabinete de S. Exa.
o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares
Eng.º Nuno Araújo
Palácio de S. Bento (AR)
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 1888/2017 ENT.: PROC. Nº: 2.7/2016.9	21-07-2017

ASSUNTO: Resposta à Pergunta 1632/XIII (2.ª) “Falta de assistentes operacionais no Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia”.

Caro Nuno,

Encarrega-me S. Exa. o Ministro da Educação de lhe remeter a resposta à Pergunta 1632/XIII (2.ª) “Falta de assistentes operacionais no Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia”.

O pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente os assistentes operacionais (AO), é gerido pelo Ministério da Educação, exceto nos casos em que exerçam funções em escolas básicas e da educação pré-escolar a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de julho, Agrupamentos de Escolas (AE) e Escolas não Agrupadas (ENA) abrangidos por contratos de execução de transferência de competências, celebrados no âmbito do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, bem como os constantes dos contratos interadministrativos de delegação de competências, celebrados nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, cuja gestão é da competência das respetivas autarquias locais.

É, ainda, incumbência das autarquias locais a colocação do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Ministério da Educação que integram os AE, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho.

Considerando os objetivos de satisfação das necessidades e da gestão eficiente dos recursos humanos não docentes dos AE e ENA, foram renovados cerca de 2.900 contratos a termo resolutivo certo de assistentes operacionais, que terminavam a 31 de agosto de 2016.

Sem prejuízo de se ter avançado com a renovação destes contratos do pessoal não docente que já estavam no sistema, os Diretores dos AE e ENA foram autorizados, nos termos e nos limites do Despacho n.º 12667-A/2016, de 20 de outubro, a promover procedimentos concursais comuns de recrutamento de trabalhadores para ocupação de 300 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, correspondentes às funções de assistente operacional.

Refira-se, assim, que o quadro de necessidades de pessoal não docente identificado tem em conta a atualização de parâmetros constantes na Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro, na versão dada pela Portaria n.º 29/2015, de 12 de fevereiro, que determina as dotações máximas de referência, bem como as aposentações e saídas profissionais. O Ministério da Educação está atento e é sensível às condições de funcionamento dos estabelecimentos escolares, procurando acautelar atempadamente as necessidades de pessoal não docente, com base nas dotações de referência, estipuladas pela Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de agosto, e de acordo com os recursos disponíveis para o efeito.


A contratação de pessoal não docente em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial ou tempo completo, nos termos do quadro legal que supra se refere, e seguindo uma lógica de satisfação das necessidades e de gestão eficiente dos recursos humanos não docentes, é realizada de acordo com as carências identificadas caso a caso, tendo por base o conhecimento e a resolução da situação concreta que deu origem à premência de contratação adicional, designadamente situações de ausência por doença.

No ano letivo 2016/2017, à luz da Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro, alterada e reformulada pela Portaria n.º 29/2015, de 12 de fevereiro, o rácio para o AE Dr. Jorge Augusto Correia, em Tavira é de 49 AO. Pela última informação obtida, encontravam-se 5 AO ausentes, em situação de incapacidade para o trabalho, tendo sido autorizado ao estabelecimento em causa a possibilidade de contratação a termo a tempo completo ou a termo a tempo parcial na categoria AO, para substituir, na medida do possível, os trabalhadores ausentes.

O Ministério da Educação está a desenvolver esforços para que no próximo ano escolar o AE Dr. Jorge Augusto Correia, em Tavira, seja dotado das adequadas condições de funcionamento procurando acautelar-se atempadamente as necessidades de pessoal não docente.

Com os melhores cumprimentos, *e de onde se segue*

A CHEFE DO GABINETE,



Inês Ramires